



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia



Atena
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
Q5	Questões que norteiam a geografia [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-653-9 DOI 10.22533/at.ed.539192709 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 918.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Questões que Norteiam a Geografia”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com a arte de “sulear-se”, ou seja, constroem suas análises respaldadas em diferentes matrizes epistêmicas, valorizando o conhecimento desenvolvido horizontalmente e socialmente em diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Física, Planejamento Ambiental, Geotecnologias e Ensino de Geografia.

O Capítulo 1 - “A participação do Brasil na divisão internacional do trabalho e a reprimarização da pauta exportadora no período pós-2000” da pesquisadora Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira vinculada à Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma fecunda análise sobre a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual se verifica um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Trata-se de um ensaio sobre os reflexos na divisão territorial do trabalho.

O Capítulo 2 - “Ocupação, produção e transformações camponesas no território da Canastra” do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira da Universidade Estadual de Montes Claros, apresenta um breve resgate histórico da formação do Parque Nacional da Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais a partir das implicações e disputas territoriais para os camponeses.

Já no Capítulo 3 – “Tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria-RS”, dos pesquisadores Janete Webler Cancelier e Daiane Loreto de Vargas da Universidade Federal de Santa Maria, tecem um panorama da agricultura familiar no município de Santa Maria enfatizando as atividades que possibilitam a reprodução e a permanência dessas famílias no campo, concebendo esse processo como heterogêneo e diversificado.

No Capítulo 4 de autoria da pesquisadora Cleusi Teresinha Bobato Stadler da Universidade Estadual de Ponta Grossa intitula-se: “Agrobiodiversidade - “sementes crioulas” - saberes e práticas em comunidades tradicionais do Paraná”, é apresentada uma importante discussão envolvendo a produção do conhecimento científico na Geografia a partir da decolonialidade. Dessa maneira, a autora apresenta algumas

práticas e territorialidades dos Faxinalenses, Quilombolas e Caiçaras materializadas na agrobiodiversidade das sementes crioulas.

Já no Capítulo 5 – “Invisibilidade e resistência das comunidades quilombolas em Corumbá- MS: estudo de caso na sub-região Paraguai do Pantanal” do pesquisador João Batista Alves de Souza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, aborda-se uma leitura sobre a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, enfatizando as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nesses territórios.

Por fim, os capítulos 6 e 7 encerram os debates e envolve as análises oriundas da Geografia Agrária e Econômica, com os textos: “Agricultura irrigada e recursos hídricos: espacialização de pivô central no município de Paraúna, Goiás, Brasil”, de autoria dos pesquisadores Íria Oliveira Franco, Cleonice Batista Regis Soares e Frederico Augusto Guimarães Guilherme da Universidade Federal de Goiás; e “As determinações e impactos da cana-de-açúcar no interior paulista: um breve estudo das microrregiões de Araraquara e São Carlos”, dos pesquisadores Bruna Martins da Paixão e Renan Yamasaki Veiga Barros vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que tratam respectivamente do sistema de irrigação com pivô central e a produtividade de culturas agrícolas no município de Paraúna-Goiás, cujos impactos e conflitos pelo uso da água seguem vigentes; e análise das determinações territoriais estabelecidas nas microrregiões de Araraquara e São Carlos no âmbito do desenvolvimento da agricultura no interior paulista, sobretudo, através da produção da cana-de-açúcar na composição hegemônica da produção de monocultivos e homogeneização das paisagens.

No Capítulo 8 - “A reconfiguração territorial e as políticas públicas do estado: o caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti)” do pesquisador Guerby Sainté da Universidade Estadual de Campinas, o mesmo elabora uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe – Haiti em diálogo com os dilemas da gestão e na organização sociopolítica do Estado.

No Capítulo 9 - “Reestruturações urbanas e seus reflexos em cidades intermediárias nordestinas: metamorfoses e permanências socioespaciais” de autoria dos pesquisadores João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão, Bruna Garcia dos Santos, Matheus Teófilo Gomes e Lucas José Elias Bezerra dos Santos do Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba, nota-se uma contribuição sobre os processos de reestruturação urbana no âmbito das cidades intermediárias à luz dos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil.

Enquanto o Capítulo 10 - “A mobilidade urbana em questão: um olhar geográfico sobre Uruaçu-GO-2014” dos pesquisadores Gabriel Freitas Andrade e John Carlos Alves Ribeiro do Instituto Federal de Goiás, encerram as leituras sobre o quadro urbano enfatizando a mobilidade urbana a partir dos eventos esportivos realizados no

país e sua relação teórico-empírica com o município de Uruaçu em Goiás.

No capítulo 11- “Apropriação dos recursos naturais e reflexo na paisagem: o caso da microbacia do córrego água quente em rio quente-GO” dos pesquisadores Joel Cândido dos Reis e Rildo Aparecido Costa da Universidade Federal de Goiás, nota-se uma importante interpretação sobre as águas termais e apropriação dos recursos naturais pelo capital financeiro, tendo o turismo como um agente desse processo.

Já no Capítulo 12, os autores José Batista Siqueira, Fabrício Passos Fortes e Sanmy Silveira Lima vinculados à Universidade Federal de Sergipe, GEOFortes e Universidade Federal de Pernambuco apresentam a seguinte contribuição: “Geotecnologia aplicada à identificação de aspectos geológicos e espeleológicos do município de Simão Dias, Sergipe/Brasil”, que discute os aspectos geológicos e espeleológicos da porção Sergipana do domínio Vaza Barris, localizada no município de Simão Dias obtidos através de técnicas de geotecnologias, revisão de literatura, processamento de imagens, e trabalhos de campo.

No capítulo 13 – “Análise preliminar de estudos relacionados à região do Jalapão – TO/PI/BA/MA”, dos pesquisadores Joeslan Rocha Lima e Claudiomar da Cruz Martins da Universidade Federal do Tocantins, apresentam uma fecunda reflexão sobre a preservação ambiental a partir do mosaico de unidades de conservação na região do Jalapão.

Nos dois últimos capítulos da Coletânea, o debate sobre o Ensino da Geografia é enfatizado em contribuições atualíssimas. O Capítulo 14 intitulado “Aproximações entre a Geografia Escolar e a Neurociência: o raciocínio geográfico na BNCC”, dos pesquisadores Juliano Pereira de Mello e Antônio Carlos Vitte da Universidade Estadual de Campinas faz um panorama da Base Nacional Comum Curricular relacionando-a ao ensino geográfico a partir dos conceitos de Pensamento Espacial, Raciocínio Geográfico e Conhecimento Geográfico. Nesse devir, os autores tecem alguns diálogos e contribuições sobre a Neurociência aplicada à educação, qualificando o trabalho pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na construção do Currículo para a Educação Básica.

Por fim, o Capítulo 15 - “Formação de professores: o incentivo à prática docente através da musicalização da Geografia” dos pesquisadores Mônica Hellen Ribeiro Cardoso e Daniel Mallmann Vallerius da Universidade Federal do Pará, os autores debatem as contribuições de música e suas práticas na formação do Professor de Geografia a partir das atividades do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia UFPA (LabPrat), campus de Altamira- Pará. Trata-se, portanto, de uma prática refletiva para construção de dispositivos didáticos para os futuros professores de Geografia recriarem nas suas aulas na Educação Básica.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Agosto de 2019.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000	
Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927091	
CAPÍTULO 2	12
OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927092	
CAPÍTULO 3	29
TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Janete Webler Cancelier	
Daiane Loreto de Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.5391927093	
CAPÍTULO 4	44
AGROBIODIVERSIDADE - “SEMENTES CRIOULAS” - SABERES E PRÁTICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ	
Cleusi Teresinha Bobato Stadler	
DOI 10.22533/at.ed.5391927094	
CAPÍTULO 5	55
INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL	
João Batista Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5391927095	
CAPÍTULO 6	69
AGRICULTURA IRRIGADA E RECURSOS HÍDRICOS: ESPACIALIZAÇÃO DE PIVÔ CENTRAL NO MUNICÍPIO DE PARAÚNA, GOIÁS, BRASIL	
Íria Oliveira Franco	
Cleonice Batista Regis Soares	
Frederico Augusto Guimarães Guilherme	
DOI 10.22533/at.ed.5391927096	
CAPÍTULO 7	83
AS DETERMINAÇÕES E IMPACTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO INTERIOR PAULISTA: UM BREVE ESTUDO DAS MICRORREGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS	
Bruna Martins da Paixão	
Renan Yamasaki Veiga Barros	
DOI 10.22533/at.ed.5391927097	
CAPÍTULO 8	94
A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.5391927098	

CAPÍTULO 9	106
REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS	
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão	
Bruna Garcia dos Santos	
Matheus Teófilo Gomes	
Lucas José Elias Bezerra dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5391927099	
CAPÍTULO 10	126
A MOBILIDADE URBANA EM QUESTÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE URUAÇU-GO-2014	
Gabriel Freitas Andrade	
John Carlos Alves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.53919270910	
CAPÍTULO 11	140
A PROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E REFLEXO NA PAISAGEM: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO AGUA QUENTE EM RIO QUENTE-GO	
Joel Cândido dos Reis	
Rildo Aparecido Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53919270911	
CAPÍTULO 12	151
GEOTECNOLOGIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS GEOLÓGICOS E ESPELEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE/BRASIL	
José Batista Siqueira	
Fabrício Passos Fortes	
Sanmy Silveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.53919270912	
CAPÍTULO 13	163
ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTUDOS RELACIONADOS À REGIÃO DO JALAPÃO – TO/PI/BA/MA	
Joeslan Rocha Lima	
Claudiomar da Cruz Martins	
DOI 10.22533/at.ed.53919270913	
CAPÍTULO 14	174
APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BNCC	
Juliano Pereira de Mello	
Antônio Carlos Vitte	
DOI 10.22533/at.ed.53919270914	
CAPÍTULO 15	186
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O INCENTIVO À PRÁTICA DOCENTE ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA	
Mônica Hellen Ribeiro Cardoso	
Daniel Mallmann Vallerius	
Francisco Fernandes Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.53919270915	
SOBRE O ORGANIZADOR	194
ÍNDICE REMISSIVO	195

TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

Janete Webler Cancelier

Universidade Federal de Santa Maria,
Departamento de Geografia, Santa Maria- RS

Daiane Loreto de Vargas

Universidade Federal de Santa Maria
Departamento de Geografia, Santa Maria -RS

RESUMO: A partir do presente estudo busca-se compreender as tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria/RS colocadas pela Secretária de Desenvolvimento Rural. Para isso buscou-se identificar as atividades que no momento possibilitam a reprodução e permanência do homem no campo. Os referenciais teóricos buscam elementos que propiciem a compreensão do fenômeno analisado. Para seu desenvolvimento foram analisados dados coletados no IBGE e em entrevistas juntamente a Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Santa Maria/RS, aos subprefeitos distritais e a Emater. Os dados permitiram compreender que o espaço rural de Santa Maria é heterogêneo e diversificado.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Espaço Rural; Pluriatividade.

ABSTRACT: From the present study we seek to understand the current tendencies of family farming in the municipality of Santa Maria / RS

placed by the Secretary of Rural Development. To this end we have sought to identify the activities that currently allow the reproduction and permanence of man in the field. Theoretical frameworks seek elements that provide the understanding of the phenomenon analyzed. For its development were analyzed data collected in the IBGE and interviews along the Rural Development Department of the Municipality of Santa Maria / RS, the district subprefects and Emater. The data has allowed us to understand that the countryside of Santa Maria is heterogeneous and diversified.

KEYWORDS: Family Agriculture, Rural Areas, Pluriactivity

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo se propõe a compreender os processos e as dinâmicas colocadas no espaço rural do município de Santa Maria - RS, especificamente para a agricultura familiar.

A pesquisa que possibilitou a realização do presente capítulo, ocorreu tomando como base uma abordagem qualitativa interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282). Para seu desenvolvimento, se utilizou a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo e as análises.

Inicialmente a busca pelo caminho investigativo direcionou-nos pela pesquisa bibliográfica, a qual procura de forma sucinta, compreender como a agricultura familiar está estruturada no Brasil, assim como, caracterizar a área de pesquisa com a leitura de artigos científicos e livros relacionados às questões de natureza teórica que abordem a temática.

Num segundo momento no ano de 2016, a pesquisa documental, o levantamento e coleta de dados empíricos junto a órgãos públicos qualificados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Santa Maria/RS e a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS. Esta fase do estudo permitiu acesso a informações sobre a área de estudo.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas dirigidas a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a EMATER e aos subprefeitos distritais. Ao total foram realizadas onze entrevistas, semi estruturadas. O objetivo foi conhecer os projetos e as ações direcionadas para o espaço rural de Santa Maria e como essas tendências se materializam no espaço ocupado pela agricultura familiar. As entrevistas ocorreram de forma direta e seguiram um roteiro determinado de questões. No momento posterior a coleta de dados qualitativos, a análise e a interpretação dos resultados propiciaram a discussão dos dados obtidos.

2 | A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O Brasil possui, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 4,3 milhões de propriedades familiares, porém ainda é marcado por uma estrutura agrária concentrada, as unidades familiares representam 84% do total de unidades rurais do País, a estas cabe uma parcela de 24,3% da área total ocupada e uma área em média de 18,37 ha por unidade. Em 2013, as unidades familiares responderam por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e por 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural, cerca de 12,3 milhões de pessoas.

Já os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (2010) demonstram que, cerca de 70% dos agricultores familiares, detêm a propriedade da terra onde produzem. Por outro lado, ainda são consideráveis as formas precárias de acesso a terra como a parceria, arrendamento, posse e cessão, as quais somam 30% do conjunto. A produção se destina prioritariamente para as populações urbanas locais contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de habitantes dos 5.570 municípios do Brasil.

Toda essa capacidade produtiva ocorre de acordo com Castro e Sauer, (2012, p. 9), em meio a uma realidade social cujos agricultores familiares possuem pouca ou nenhuma terra, em que difundem diversas formas do saber, da organização do trabalho, do cultivo de sementes e tecnologias não necessariamente ligadas aos modelos homogeneizadores de produção.

Navarro e Pedroso (2014) salientam que, no imaginário coletivo, a agricultura

familiar é vista como uma pequena produção de baixa renda. Já Dasmasceno et al., (2011), evidenciam que essa contribui significativamente para a criação de empregos, geração e distribuição de renda, diminuindo o êxodo rural no campo. Esse desconhecimento da real importância e do papel que ocupa a agricultura familiar, enquanto produtora de grande percentual dos alimentos consumidos, é resultante das políticas adotadas, onde historicamente o agronegócio e as grandes propriedades são disseminadas como a solução para o país. No mais, no processo de comercialização capitalista com suas características o agricultor familiar normalmente é o elo mais fraco dessa cadeia.

As discussões “em torno da agricultura familiar, longe de aparecerem como situações pontuais e localizadas, alcançaram uma dimensão universal” (LAMARCHE, 1997). Os estudos relacionados e às dinâmicas que movimentam esse grupo estão presentes em estudos acadêmicos e debates políticos, ganhando centralidade na condução da temática agrária, o que se deve em grande parte a referida heterogeneidade desses sujeitos.

Mesmo trabalhando em pequenas áreas e com indicadores de produtividade menores, além de acessar um conjunto muito inferior de políticas públicas, o agricultor familiar ainda é responsável por uma parcela considerável dos alimentos básicos e das proteínas que abastecem a população brasileira.

Dentro do segmento da agricultura familiar também há uma diversidade de modelos de exploração. Lamarche (1997), em seus estudos, observa que as explorações familiares não podem estar “compreendidas em um único modelo, em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção, superfície, grau de mecanização, nível técnico e capacidade financeira”.

Essa diversidade ainda está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, a experiências profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade dos recursos naturais, capital humano e capital social (BUAINAIN et al., 2011). Segundo o autor a diferenciação ainda está relacionada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, o acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores.

Contudo, o processo de reestruturação produtiva adotado no Brasil também contribuiu para a consolidação da realidade encontrada. Como exemplo, cita-se a pesquisa agrônoma, a qual direcionou seus esforços para os cultivos de exportação, selecionando as variedades melhoradas e preconizando métodos de cultivo frequentemente mais bem adaptados às condições de produção das grandes plantações, do que às necessidades e à situação encontrada nas propriedades camponesas (MAZOYER, 2010, p. 491).

O Estado é o principal agente que pode direcionar tanto a inclusão quanto à exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa”

(LAMARCHE, 1997). Esses questionamentos vão de encontro ao modelo de desenvolvimento do setor agrícola adotado no Brasil, o qual, o governo, por sua vez, tem se ocupado em beneficiar a agricultura empresarial em detrimento da familiar. Contudo, também beneficia a familiar quando esta se liga aos interesses político/econômico, como é o caso das políticas de incentivo a integração inter-setorial subordinando a agricultura familiar a grandes conglomerados agroindustriais.

Lamarche (1998), ainda chama a atenção ao fato de que o agricultor familiar brasileiro sempre esteve confrontado, sob diversas formas, ao latifúndio dominante. Dessa forma, o contingente de agricultores familiares disseminados no país historicamente procura estratégias que permitam sua independência, ainda que parcial, em alguns casos. As escolhas realizadas pelos agricultores familiares estão pautadas nas influências locais e regionais de mercado e aos costumes e hábitos do grupo familiar. Cada unidade pode realizar escolhas distintas, o que por fim deverá possibilitar sua permanência e reprodução.

Cabe salientar, que a partir dos anos noventa, atendendo a pressões da sociedade civil organizada, foram criados alguns mecanismos objetivando oferecer aportes à agricultura familiar. Um destes mecanismos é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF. Pela primeira vez na história do Brasil foram criadas leis que beneficiam e reconhecem o agricultor familiar como um segmento diferenciado.

Desde a implantação do Programa, o governo anualmente amplia os recursos destinados ao PRONAF. No entanto, o apoio à agricultura familiar ainda é menor, se comparado com os investimentos voltados à agricultura empresarial. No ano de 2013, o aporte de recursos para a agricultura comercial, para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016), foi de R\$ 136 bilhões; para a safra 2014/15, foram disponibilizados R\$ 156,1 bilhões e, o Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, contou com R\$ 187,7 bilhões, já para 2016/2017 o aporte de R\$ 185 bilhões. Enquanto que no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016), o Plano Safra 2013/2014 disponibilizou R\$ 21 bilhões à agricultura familiar, já para o plano safra 2014/2015, foram liberados R\$ 24,1 bilhões e, para 2015/2016, foi disponibilizado R\$ 28,9 bilhões, já para 2016/2017, foram R\$ 30 bilhões, um recorde para o segmento.

A distribuição dos recursos do Programa ocorre de forma desigual entre as regiões brasileiras. De acordo com os dados do Banco Central do Brasil - BACEN no ano de 2012, cerca de 73% dos recursos do PRONAF destinaram-se à região Sul, no Sudeste 19%, Nordeste 4%, Nordeste 2% e Centro-Oeste 2%. Essa disparidade de acesso aos recursos entre as regiões é um reflexo da organização, da integração dos agricultores ao mercado e as agroindústrias, do acesso às políticas, do papel das instituições de fomento a tecnologias, e da própria capitalização desses agricultores familiares em relação às demais regiões.

Apesar da região Sul do Brasil estar caracterizada como a que mais acessa os recursos do PRONAF, destacamos que nesta também ocorre de forma desigual entre

agricultores de diferentes municípios. O acesso é maior aos agricultores que produzem produtos de interesse do agronegócio, como é o caso da soja, do milho, do arroz, das frutas, das aves, dos suínos, do leite, dentre outros, quando estão vinculados a uma cadeia produtiva integrada ao mercado.

O PRONAF também apresenta entraves, como exemplo, o Programa não atende satisfatoriamente a todos os segmentos da agricultura familiar, à burocracia e às exigências excluem muitos agricultores dos recursos provindos do Programa. Apesar de exercer um avanço na política agrícola do governo federal, ainda não atende às necessidades da maior parte das unidades agrícolas familiares disseminadas pelo país. Em decorrência, a reprodução da agricultura familiar sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores pela garantia do espaço necessário à sua sobrevivência.

Apesar deste crescimento, Bianchini (2015, p. 97) relata que o PRONAF está vinculado a regras do Sistema Bancário e não chega a todo o conjunto dos agricultores. Dessa forma, os que não se enquadram nas normativas da Lei nº 11.326/2006 estão impossibilitados de acessar o programa. Por sua vez Gazolla e Schneider (2013), evidenciam ser necessário que o Programa avance politicamente, a fim de ajustar as reais demandas da agricultura familiar em suas várias dimensões, assim como, financiar empreendimentos que fortaleçam a célula básica da agricultura praticada em pequena escala: a família.

Nesse sentido, destacamos que a bibliografia especializada refere que a própria tipologia de agricultor familiar diz respeito a grupos socialmente localizados predominantemente nas regiões sul e sudeste do país. Corroborando essa assertiva as inúmeras “linhas” existentes no programa, linhas essas que são resultado da diversidade e heterogeneidade desse grupo.

É impossível pensar em desenvolvimento sustentável e endógeno para a agricultura familiar sem levar em consideração a diversidade existente, dentro do próprio segmento da agricultura familiar. A heterogeneidade de situações encontradas no espaço de reprodução da agricultura familiar não permite que políticas sejam projetadas analogamente aos contextos regionais. Desta forma, a descentralização das ações e a participação de atores sociais são elementos que podem intervir e colaborar para a instituição de políticas públicas mais apropriadas ao desenvolvimento da agricultura familiar em todas as suas especificidades.

Nesse sentido, o Estado constitui um agente de fundamental importância sua atuação se orienta ora no sentido da “exclusão econômica e social de parcelas importantes da população rural, ora no sentido inverso, de inserção de outras, através de medidas assistencialistas, em muitos casos meros reprodutoras da miséria rural e urbana” (LAMARCHE, 1998).

Decorrente desta situação percebe-se que a desvalorização da agricultura familiar é um processo antigo e ainda existente, uma vez que a sociedade contemporânea tem no paradigma urbanizante e industrializante seu referencial. Conseqüentemente, essa falta de interesse em oferecer suporte e espaço adequado para o desenvolvimento

da agricultura familiar tem criado obstáculos para sua reprodução. No entanto, apesar dos obstáculos a agricultura familiar ainda persiste em diversos espaços, e o Município de Santa Maria – RS é um exemplo desta persistência.

É essencial compreender que a agricultura está conectada ao circuito global do capital. Em cada período ou fase histórica, os agentes territoriais hegemônicos impõem mudanças e estas se refletem na organização sócio-espacial do espaço rural. Desta forma, a agricultura familiar adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive. Diante do exposto, há de se entender que o rural não possui uma essência a-histórica, mas uma essência que muda no tempo, como bem exemplifica Wanderley (2000).

Historicamente os agricultores familiares são levados a criar e recriar estratégias de sobrevivência frente à economia, explorando diversas possibilidades dentro de suas condições financeiras. Neste contexto, o espaço rural e os agricultores familiares se transformam a todo tempo, novas ruralidades e rearranjos sócio-espaciais vão surgindo.

A perspectiva que impomos é a de que houve um processo de ressignificação das próprias funções sociais do rural, tendo em vista a incorporação de novas funções, além da produção agrícola, como aponta Wanderley (2000). Portanto, na contemporaneidade, o espaço rural é multifuncional.

2.1 A Propriedade Familiar do Município de Santa Maria – RS

O município de Santa Maria/RS está localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Figura 1. Sua configuração territorial está associada ao processo de ocupação e formação sócio-econômica da região Central do Rio Grande do Sul.

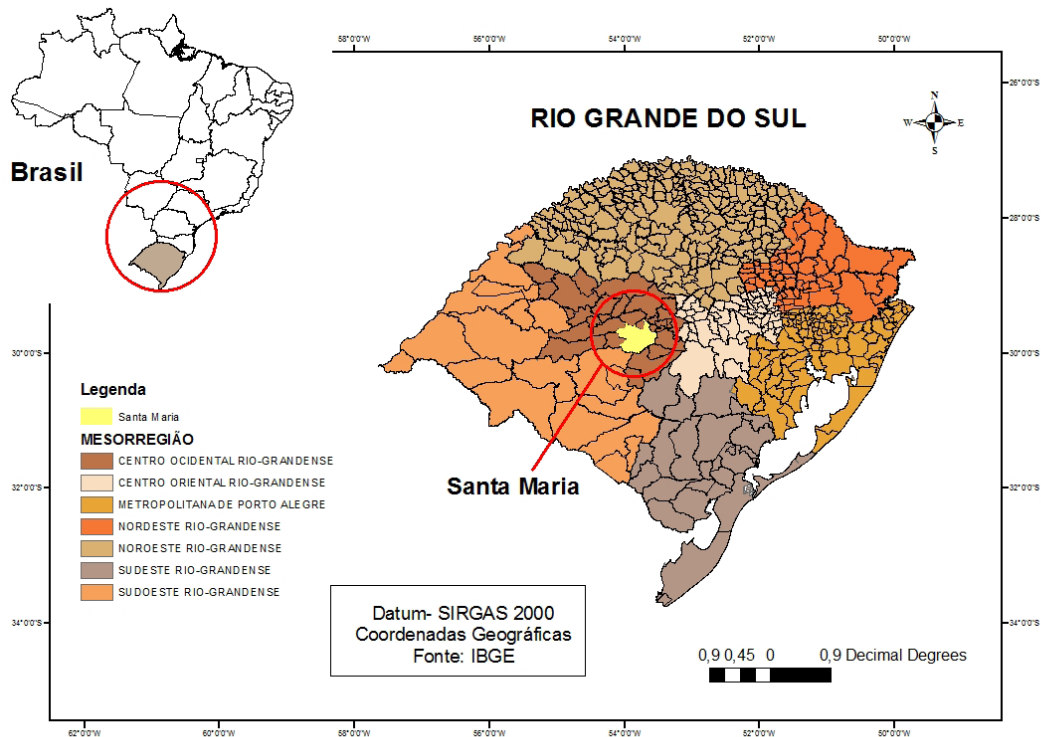


Figura 1: Localização do município de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: IBGE. Org.: CANCELIER, J.W, 2018.

O município possuía em 2017, segundo o IBGE, uma população de 278.445 mil habitantes, das quais 248.334 residem na área urbana e 12.693 na área rural. Nas últimas décadas a população total do município vem aumentando significativamente, contudo esse aumento ocorre prioritariamente na área urbana, a qual em 2010 já concentrava 95% da população total. Já no espaço rural ocorre com maior predominância o fenômeno da saída, do esvaziamento populacional, no período compreendido entre 1970 a 2010 ocorreu um decréscimo de 60,23% da população rural do município (EMATER, 2016).

Esse aumento significativo da população urbana ocorre principalmente pelo município constituir-se no maior polo econômico da região central do Rio Grande do Sul, se destacando pelas atividades ligadas ao setor terciário, pelas instituições de ensino superior, bem como pela presença das bases militares. Já o decréscimo da população rural é uma ocorrência que se manifesta praticamente em todo o Rio Grande do Sul, decorrendo principalmente da limitação de terras disponíveis, restrições financeiras, ausência e ou insuficiência de assistência técnica, estão entre os fenômenos que acentuam o processo.

A área territorial do município corresponde a 1.779,6 Km². Atualmente sua composição administrativa é formada por dez distritos sendo eles: a Sede, Arroio Grande, Palma, Pains, Passo do Verde, Santa Flora, São Valentim, Boca do Monte, Santo Antônio e Arroio do Só, conforme Figura 2.

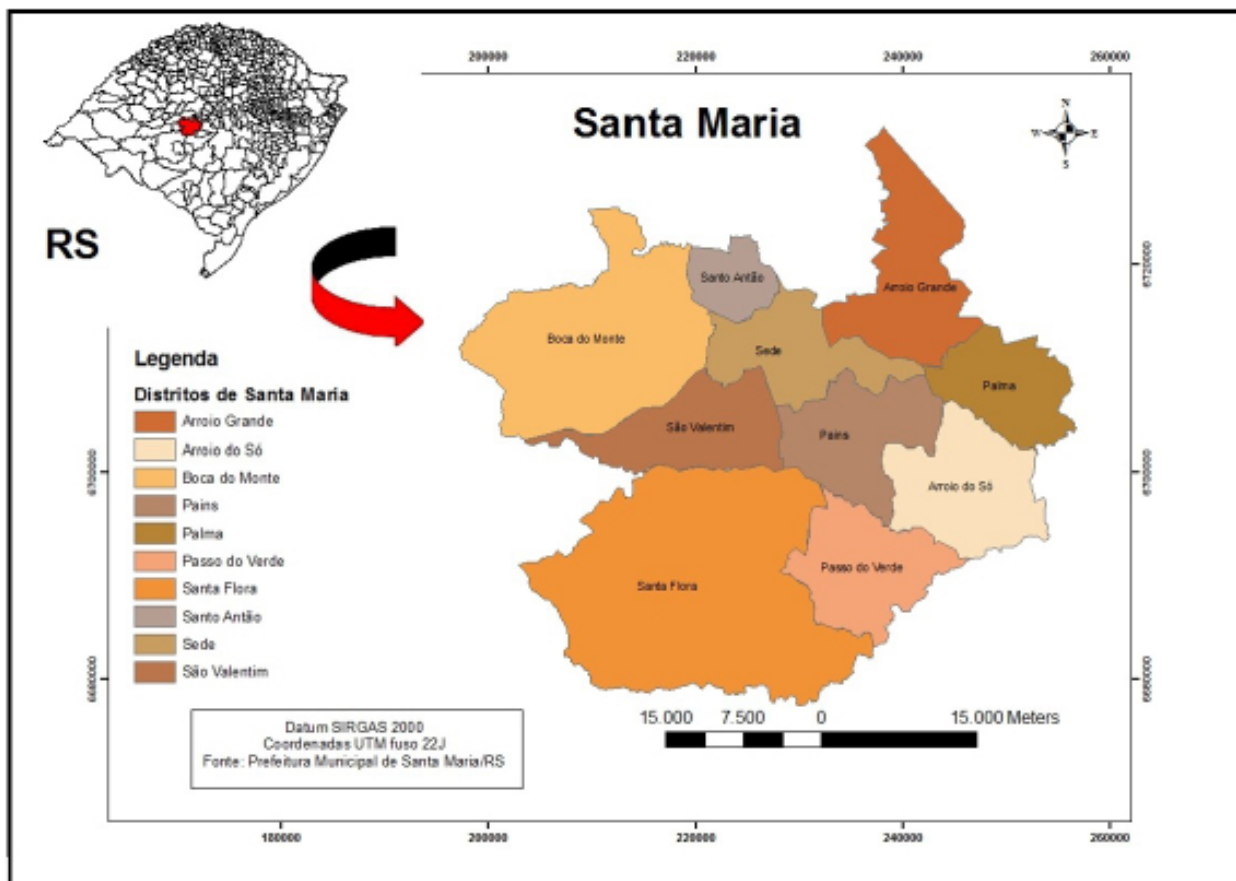


Figura 2 - Distritos de Santa Maria - RS

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS. Org.: CANCELIER, J. W. 2018.

Neste município, em números de unidades, ocorre o predomínio dos estabelecimentos agrícolas familiares, caracterizados pela presença do minifúndios. Em relação ao tamanho das áreas são mais expressivas as unidades com área de 200 a 1000 hectares. A forma como foram ocupadas e distribuídas as terras refletem a atual estrutura fundiária do município conforme tabela 1.

Tamanho das propriedades	Número de propriedades	%	Área (ha)	%
Menos de 5 ha	493	21,20	1.134	0,77
De 5 a 20 ha	735	31,61	8.012	5,46
De 20 a 50 ha	518	22,28	16.029	10,93
De 50 a 100 ha	287	12,34	19.767	13,48
De 100 a 200 ha	142	6,11	19.195	13,09
Se 200 a 500 ha	101	4,34	30.105	20,53
De 500 a 1000 ha	37	1,59	26.017	17,74

Mais de 1000 ha	12	0,52	23.366	17,98
Total	2.325	100,00	146.625	100,00

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Santa Maria-RS

Fonte: EMATER/RS (2016). Org.: CANCELIER, J.W.(2018).

A partir da tabela 1 é possível observar que das 2.325 propriedades rurais encontradas no município de Santa Maria, 2.033 são propriedades familiares. Ou seja, 87% das propriedades presentes são constituídas essencialmente por agricultores familiares.

A estes agricultores cabe uma pequena porção do espaço, apenas 30.64% da área total, são utilizadas pelas propriedades familiares. A concentração de terra é um fenômeno presente e atuante no espaço rural de Santa Maria - RS. Contudo, ainda diante destas circunstâncias os agricultores familiares conseguem se fazer presentes e atuantes nos mais distintos espaços em que estão inseridos.

As características naturais e o tamanho das propriedades são determinantes no uso e ocupação do solo, pois determinam o tipo de atividade agrícola que poderá se desenvolver. Neste sentido, cada distrito apresenta características específicas o que possibilita o desenvolvimento de diferentes atividades como pode ser observado a seguir:

- **Distrito de Palma** se destaca pelo cultivo de soja, milho, arroz e floricultura.
- **Distrito Arroio do Só** se destaca pelo cultivo de porongos, soja e gado.
- **Distrito Arroio Grande** a produção de verduras, milho, arroz, rota gastronômica.
- **Distrito Boca do Monte** se destaca com os cultivos de soja, arroz, piscicultura.
- **Distrito Pains** com o gado leiteiro.
- **Distrito Passo do Verde** o cultivo de soja e gado de corte.
- **Distrito Santa Flora** se destaca pelo cultivo da soja em menor proporção arroz, sendo expressivo o processo de arrendamento fundiário.
- **Distrito Santo Antônio** com a pecuária e produção de milho e aipim.
- **Distrito São Valentim** com a pecuária

Em toda a região central do Rio Grande do Sul, assim como em Santa Maria - RS, a impossibilidade que os agricultores familiares encontram para adquirir novas terras ocasiona à exploração desenfreada dos recursos naturais. Ao longo dos anos, esse processo tem ocasionado à perda da fertilidade natural dos solos e a contaminação dos

recursos hídricos, ocasionando queda na produtividade/rentabilidade da agricultura. Dentro dessa perspectiva, o espaço está em constante transformação, modificados diariamente pelas atividades realizadas.

Desta forma, novos usos e funções surgem e ressurgem cotidianamente para a agricultura familiar, e em Santa Maria - RS estas tendências também se manifestam cotidianamente a partir de novos arranjos sócio-espaciais. Nesse sentido, compreender as dinâmicas que condicionam a configuração do espaço rural é fator determinante para a análise dos elementos que determinam a permanência do agricultor familiar.

2.2 Tendências atuais da Agricultura Familiar no Município de Santa Maria

As exigências sobre o meio rural ultrapassam a simples função daquilo que o rural pode produzir e ficam segundo Souza (2006), “mais centradas naquilo que os inúmeros interesses econômicos, políticos e sociais desejam que produzam o que traz implicações quanto a reprodução da agricultura familiar”. Desta forma, o processo de reprodução do espaço geográfico envolve dinâmicas implementadas por distintos agentes sociais, os quais possuem demandas e interesses específicos.

Os agentes territoriais interessados neste novo mercado evidenciam-no como um espaço portador de qualidade da vida e bem-estar, criando novos usos, principalmente através dos condomínios rurais fechados, das chácaras de lazer e do turismo rural.

Todavia, é importante compreender que o espaço rural está em permanente transformações tanto de natureza físicas, sociais, econômicas e culturais. Compreendê-lo significa, antes de tudo reconhecer a heterogeneidade deste espaço. A esse respeito Barreto (2004, p.7) enfatiza que,

[] para melhor compreensão do espaço rural, há dois enfoques que permitem um olhar mais amplo sobre esse território. O primeiro trata da “pluriatividade” das famílias rurais, ultrapassando a concepção ainda utilizada de que as famílias no meio rural vivem apenas do trabalho em atividades agrícolas. Hoje, é possível perceber que há muitas outras ocupações que geram emprego e renda para essas famílias, como a construção civil, o artesanato, confecções, etc. O outro enfoque trata da “multifuncionalidade” da agricultura. Engloba as múltiplas funções do mundo rural que, além da produção e extração de bens privados, como alimentos, fibras, agroturismo e outros produtos comerciais, também desempenham funções que se referem à reprodução de bens públicos, como a manutenção da biodiversidade, conservação do solo, a paisagem rural, herança cultural, segurança alimentar, entre outros [].

No município de Santa Maria, encontram-se diferentes agricultores familiares, cada qual com características específicas que os diferenciam dentro do segmento. A pluriatividade é um fenômeno presente, principalmente com as práticas de processamento da produção, comercialização nas feiras e o turismo rural.

Pode-se enfatizar que o uso do espaço rural de Santa Maria - RS vem se modificando ao longo dos anos, principalmente a partir de 1990, quando ganham maior visibilidade na área rural fenômenos como a inserção do agronegócio e a produção do

soja e do arroz, os quais ampliam suas áreas de produção ano a ano particularmente sobre áreas anteriormente utilizadas pela agricultura familiar para cultivos de produtos de auto-consumo. Processo esse que vem alterando as dinâmicas produtivas e organizacionais das propriedades rurais. Haja vista, que os próprios agricultores familiares se inserem nessas cadeias produtivas, abandonando a policultura.

A partir do trabalho de campo constata-se que em cinco distritos estão presentes em maior ou menor intensidade a produção do soja e arroz, fenômeno esse que se intensifica com o passar dos anos. Ocorrendo a diminuição de áreas anteriormente destinadas a produção agrícola diversificada, prioritariamente as pequenas propriedades, modificando dessa forma as paisagens rurais e as dinâmicas de produção.

O cultivo do soja e arroz ocorrem de forma mecanizada exigindo pouca mão de obra, não suprimindo as necessidades de trabalho da própria população residente do campo. Se considerarmos que a maior parte da população residente na área rural do município é composta por adultos, especificamente 5.202 pessoas, acompanhados por mais 2.621 jovens (EMATER, 2016), que em razão da reduzida possibilidade de inserção nas atividades produtivas combinadas com a proximidade com o espaço urbano acabam abandonando o campo, contribuindo para outra característica importante do campo brasileiro, que diz respeito ao envelhecimento e a ausência de sucessão familiar nessas unidades de produção remanescentes.

Outro elemento observado e que nos chama atenção se refere ao fato do cultivo do arroz, que é mais tradicional no município, estar cedendo espaço aos cultivos do soja, o que se justifica, de acordo com os entrevistados, pela maior rentabilidade e menor penosidade do trabalho na sojicultura. O esvaziamento do campo no município é um dos reflexos das atividades agrícolas implementadas.

As dificuldades impostas levam os agricultores a buscar constantemente alternativas de reprodução econômica. Dessa maneira, além das atividades agropecuárias já consolidadas como a produção do milho, arroz, soja e feijão e produtos para o auto consumo, os agricultores familiares passam, também a se dedicar a outras atividades para implementar renda, muitas dessas por intermédio da Secretária de Município de Desenvolvimento Rural.

Buscando ampliar a produção primária no município, atualmente, a Prefeitura municipal de Santa Maria, através da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural, apoia programas/projetos que procuram dar visibilidade aos distritos rurais. Entre esses cita-se: Programa Municipal de Fruticultura; Programa Municipal de Floricultura; Programa Municipal de Apicultura; Programa Municipal de Piscicultura; Programa Municipal de Horticultura; Programa Municipal de Ovinocultura; Programa Municipal de Bovinocultura de Leite; Programa Municipal de Estimulo a Criação de Agroindústrias; Programa Municipal de Avicultura Colonial; Programa Municipal de Produção Florestal; Programa Municipal de Correção do Solo; Programa Municipal de Inseminação Artificial e o Programa Redes de Desenvolvimento Rural. A Secretaria de

Turismo com o Programa turismo e Segmentos nos quais estão inseridos projetos de turismo de aventura e turismo Rural. (PREFEITURA DE SANTA MARIA, 2016).

Dos onze programas disponibilizados, se destacavam no ano de 2016, enquanto tendências materializadas no espaço rural do município de Santa Maria; O Programa de Fruticultura visa suprir a demanda do mercado local e regional de frutas principalmente a partir das cítricas. Atualmente são 200 produtores envolvidos com o cultivo, sendo que a produção anual gira em torno de 622 toneladas segundo a Emater. A comercialização da produção não é vista como uma dificuldade, já que a maior parte das frutas comercializadas nos supermercados de Santa Maria vêm de produtores de outras regiões.

O Programa de Piscicultura, atualmente 300 produtores (EMATER, 2016), estão envolvidos com a atividade e a produção gira em torno de 150 toneladas ao ano. Essa produção é destinada ao mercado local. Os projetos em andamento pretendem aumentar a capacidade produtiva, sendo um fator determinante nessa atividade a geração de renda e trabalho no campo.

O Programa Municipal de Produção Florestal foi criado em 2013 com o intuito de tornar a propriedade autossustentável, ampliando a oferta de madeira.

O Programa de Horticultura com o incentivo para a produção das hortaliças, haja vista, que em Santa Maria a produção tem saída a partir das feiras coloniais e dos supermercados. A produção das hortaliças é considerada uma fonte de entrada de renda para as famílias que residem no campo, visto que semanalmente os produtos são comercializados nas feiras e mercados.

No que se refere a elementos que vêm modificando o uso do espaço rural no município de Santa Maria, podemos destacar que estão nesse momento presente as chácaras de lazer, fenômeno esse que vem se ampliando, muitas propriedades rurais são vendidas se tornando espaços de lazer para os finais de semana para famílias da área urbana. A propriedade rural somente como espaço de moradia não mais desenvolvendo atividades primárias. Assim como a associação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas. A pluriatividade se coloca como uma estratégia de sobrevivência do homem do campo nos últimos anos.

O cultivo de hortaliças e a fruticultura dinamizam as propriedades rurais, segundo os entrevistados, visto que esses produtos são comercializados nos diversos pontos de feiras da cidade assim como em mercados.

Apesar dos problemas e das constantes transformações, observa-se que a agricultura familiar apresenta uma vasta capacidade de se “reinventar” e se adaptar aos novos cenários que vão surgindo.

O patrimônio sócio – cultural, o apego a terra, a vizinhança, ao espaço onde nasceu e cresceu, o identificam com o espaço rural e atuam diretamente sobre as decisões tomadas pelo grupo familiar. Muitos agricultores, principalmente os mais idosos, não se imaginam em outro espaço que não seja o rural. Desta forma, o espaço rural antes de ser um espaço de produção econômica é um espaço de reprodução

social, de convívio, de relações sociais e culturais, fortemente marcado pela dimensão simbólica.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto geral no Brasil, percebe-se que historicamente nos mais diferenciados espaços rurais ocorreu um desenvolvimento desigual e contraditório. O agricultor familiar é um agente social que está inserido nesse processo, implementando estratégias das mais diversas, estando confrontado com problemas de ordem estrutural e funcional.

Por sua vez, as políticas para o espaço rural não tem possibilitado grandes avanços para a agricultura familiar, visto que embora importantes, são insuficientes para dar conta da complexidade da temática no cenário nacional. Os projetos que incentivam a produção familiar, assim como, as atividades implementadas, têm gerado “certo” dinamismo econômico aos estabelecimentos agrícolas familiares, contudo, ainda não conseguem enfrentar algumas temáticas como a sucessão familiar.

As atividades eminentemente agrícolas já não garantem renda suficiente para manter a propriedade/família. A cultura de grãos como o feijão, milho, arroz vêm ocupando papel secundário nas propriedades, cedendo áreas para o cultivo do soja, o que pode comprometer a segurança alimentar dos sujeitos do campo, pela necessidade de adquirir esses produtos em mercados.

Buscando viabilizar a propriedade os agricultores investem em várias atividades e posteriormente mantém o foco naquelas que oferecem maior retorno. Este fato evidencia a multifuncionalidade e a pluriatividade do espaço rural de Santa Maria, cujos agricultores realizam uma busca constante de alternativas para garantir a reprodução social das famílias, ocorrendo um incremento na renda com as atividades para-agrícolas. Apesar do recurso da pluriatividade ser frequente, a atividade primária ainda é um componente central para a reprodução sócio econômica das famílias rurais.

Muitos espaços rurais vêm perdendo sua vitalidade econômica pela ineficiência dos agentes que mobilizam o território, o que implica também em uma fragilização sociocultural daqueles que permanecem no campo. Neste processo é vital compreender que o espaço rural não é estático, impõe constantes mudanças, sendo em alguma medida um palco das manifestações globais, de tal sorte que o mesmo precisa ser confrontado com os novos contextos presentes nos arranjos produtivos da atualidade. A agricultura familiar, para sobreviver neste modelo econômico excludente precisa se reinventar constantemente, se adaptar aos novos rearranjos espaciais que surgem constantemente.

Neste sentido, pode-se destacar que o espaço geográfico não é inerente as ações humanas, ele próprio é parte dessas ações, é reflexo e condição das materializações do processo de reprodução da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Alberto G. O. Pereira et al. *O planejamento do município e o território rural*. Junho de 2007. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br>. Acessado em: 15/09/2010.
- BIANCHINI, Valter. *Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/publica%C3%A7%C3%B5es>. Acessado em: 20/4/2017.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Crédito Rural*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acessado em 04/12/2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Pronaf/SAF/MDA*. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 04/12/2017.
- BUAINAIN, Antonio Márcio. *Trajetória recente da política agrícola brasileira*. Projeto utf/fao/036/bra, 1997. Disponível em: www.mda.gov.br. Acessado em 12/03/2017.
- BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. Di; GUANZIROLI, C. E. *Agricultura familiar: um estudo de focalização regional*. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>. Acesso em: 04/11/2017
- CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. *A Problemática e as condicionantes dos arrendamentos rurais na agricultura familiar*. In: 50º Congresso da SOBER 2012, 2012, Vitória/ES. 2012
- CENSO AGROPECUÁRIO. *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006*. Disponível em <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>, Acesso em: 2/12/17.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. O Impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará. *RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n.1, p. 129-156. 2011.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS. *Estudo de Situação do município de Santa Maria de 2015*. (documento obtido na Emater), 2016.
- GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol.51 no.1 Brasília Jan./Mar. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Agropecuário de 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/12/2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - *Cidades*. Disponível em: [Ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 10/3/2017.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura Familiar: Comparação Internacional II do mito à realidade*: tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura Familiar: Comparação Internacional I Uma realidade multiforme*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MAZOYER, Marcel, 1933 - *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S (Org.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.279-291.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Theresa M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses. *Revista de Economia*. NE, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 7-20, out./dez., 2014.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS – PNAD -2008: *Primeiras análises* – O setor rural março de 2010. Comunicados IPEA. Acesso em: 20/4/2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100401_comunicadoipea42.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/>. Acessado em: 10/12/2013.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR -PRONAF. *Manual do crédito rural*. Plano de safra da agricultura familiar – 2013 – 2014. Ministério do desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 04/12/2013.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista Estudos sociais e Agricultura*. n.15, p. 87-145, 2000.

SOBRE O ORGANIZADOR:

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019), Geografia Agrária (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepholini@unimontes.br

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 65, 66, 67, 144

Agrobiodiversidade 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53

Águas termais 140, 141, 145, 146, 149

Análise espacial 69

Araraquara 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 123, 124, 126, 131, 139, 140, 147, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 194

C

Campesinato 12, 15, 58

Cana-de-açúcar 75, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 131

Capital financeiro 2, 4, 8, 11, 120, 140, 141, 147

Cerrado 14, 75, 80, 81, 140, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172

Cidades intermediárias 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123

Cidades locais 126

Commodities 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 73

Comunidades 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 129, 170, 171, 173

Comunidades tradicionais 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 170, 173

Currículo 174, 175, 178

D

Desenvolvimento 2, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 59, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 119, 122, 124, 126, 129, 131, 141, 144, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191

Divisão territorial do trabalho 1, 2, 8, 10, 11, 109, 110

E

Ecologia 163, 172

Ensino de geografia 174, 175, 176, 178, 183, 186, 187, 192, 193, 194

Espaço 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 74, 85, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 141, 147, 150, 158, 159, 164, 172, 179, 180, 187, 188, 189, 193

Espaço rural 29, 30, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 49, 53

Espaço urbano 39, 98, 99, 100, 103, 111, 114, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 139

Exportações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Externalidades negativas 126, 132, 133, 139

F

Formação de professores 186, 187

G

Geografia escolar 174, 186, 187, 188, 192

Geoprocessamento 59, 83, 151, 154, 155, 159, 161, 172

H

Homogeneização 83, 84, 85, 86, 90, 92, 93

I

Irrigação 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81

L

Lineamentos 151, 154, 155, 156, 157, 159

M

Meio natural 140

Mobilidade urbana 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

Modelado cárstico 151, 153, 154, 156, 158

Música 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

N

Neurociência 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185

P

Pivô central 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80

Pluriatividade 29, 38, 40, 41

Práticas culturais 44, 47

Preservação 53, 69, 144, 163, 166, 170, 171

Q

Quilombolas 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66

R

Raciocínio geográfico 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183

Recursos naturais 9, 31, 37, 49, 61, 67, 69, 72, 79, 80, 110, 141, 150, 164, 170, 171, 181

Reestruturações urbanas 106, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 121

Remanescentes 39, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Reprimarização 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 83, 86, 89

Resistências 27, 55

S

São Carlos 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92

Serra da Canastra 12, 13, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 194

T

Território 9, 12, 13, 14, 15, 22, 25, 28, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 66, 71, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 121, 122, 124, 140, 164, 166, 171, 189, 194

U

Unidade de conservação 12

Uso da água 16, 69, 72, 73, 78, 79, 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-653-9

